

Feliz Natal On-Line e Próspero Ano Digital

Por Cid Torquato

Como todo final de ano, é mister transformarmos balanço e planejamento em ferramentas de renovação de nosso otimismo, empreendedorismo e compromisso com o futuro. Nesta época, as métricas e mensurações de mercado e



Foto: Eduardo de Souza

Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

cid.torquato@camara-e.net

individuais, disponíveis ou desejadas, se mesclam e se confundem, dando conta do passado e sinalizando o porvir, no sentido de equacionarmos a relação entre o que somos, de onde viemos e o que queremos, no plano pessoal e em sua relação com nossas realidades profissionais e empresariais.

Nesse sentido, somos compelidos a creditar as vitórias e conquistas, bem como a debitar (ou provisionar) o que nos restou de não-realizado e por fazer, em um exercício, eterno, de construção e desenvolvimento.

No contexto da Sociedade da Informação, da Economia Digital e do fomento às tecnologias da informação, 2004 foi um ano de realizações significativas, assim como, temos de admitir, de frustrações históricas, que continuarão a nos demandar e desafiar, ao longo de 2005 e do futuro subsequente.

Por um lado, o Brasil conquistou relevo internacional ao defender, intransigentemente, as tecnologias “livres” e não-proprietárias. O posicionamento do governo brasileiro mereceu respeito e reconhecimento nos principais fóruns de negociações e formulação de políticas públicas e regulatórias em nível global, como na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (ONU/UIT).

Internamente, porém, ficamos “de recuperação”, por não termos dado conta de muitas das lições de casa, infra-estruturais e estratégicas, bem como de uma série de promessas não realizadas, sem as quais nosso vedetismo externo fica reduzido a um limitado jogo de cena (válido, mas, com certeza, insuficiente).

Concatenar e integrar as iniciativas governamentais a uma mesma direção é uma demanda absolutamente essencial. Não faz sentido o conflito atual entre políticas retóricas de estímulo à exportação de tecnologia e a estatização vigente da produção de software livre para uso público. Como consequência, várias empresas brasileiras, inovadoras e potencialmente exportadoras, ficaram à míngua e não puderam prosperar.

Fica para 2005, e para os calendários posteriores, a necessidade de aprovarmos, em nosso imaginário e no Congresso, alguns pontos-chave do marco legal, mínimo e indispensável, para fazermos frente ao progresso globalizado. Crimes pela internet, certificação digital e documento eletrônico, segurança e privacidade de dados, são lacunas jurídicas e institucionais, que ainda nos condenam à periferia do mundo e-civilizado.

Ficou para o futuro a definição do modelo de inclusão e desenvolvimento tecnológico, coerente e coordenado, que nos cabe e para o qual temos aptidões compatíveis. Avanços em governança eletrônica, computador nos colégios e digitalização das pequenas empresas são passivos que carregaremos para o Ano Novo, como repetentes contumazes de nosso inexplicável atraso.

Finalizando, insisto, faltou maior atuação político-institucional e liderança do setor empresarial, para quem, na contabilidade prática, as questões acima realmente se revertem em metas tangíveis de lucratividade.

Sem mais, feliz “realidade”, presente e futura, a todos.